

# TJ-BA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Analista Judiciário –  
Área de Apoio Especializado –  
Psicólogo

**EDITAL Nº 01/2023**

CÓD: SL-098AB-23  
7908433234937

## Língua Portuguesa

1. Domínio da ortografia oficial .....	7
2. Emprego da acentuação gráfica .....	7
3. Emprego dos sinais de pontuação .....	9
4. Emprego do sinal indicativo de crase .....	11
5. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. ...	11
6. Domínio dos mecanismos de coesão textual .....	19
7. Vozes do verbo .....	20
8. Concordância nominal e verbal .....	21
9. Regência nominal e verbal .....	22
10. Morfossintaxe .....	24
11. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas) .....	27
12. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados .....	28
13. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais .....	29
14. Figuras de linguagem .....	30
15. Discurso direto, indireto e indireto livre .....	32
16. Adequação da linguagem ao tipo de documento .....	34

## Matemática e Raciocínio Lógico

1. Raciocínio Lógico: Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas .....	77
2. Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas. Frações e operações com frações .....	84
3. Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três; porcentagem e problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos.....	89
4. Noções de Estatística: medidas de tendência central (moda, mediana, média aritmética simples e ponderada) e de dispersão (desvio médio, amplitude, variância, desvio padrão) .....	94
5. leitura e interpretação de gráficos (histogramas, setores, infográficos) e tabelas.....	97

## Legislação

1. Estatuto dos Servidores Civis Públicos do Estado da Bahia - Lei nº 6.677/1994.....	189
2. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia atualizado.....	209
3. Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia - Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007 .....	266

# Conhecimentos Específicos Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado – Psicólogo

1. Diagnóstico Psicológico: conceituação e objetivos .....	191
2. avaliação psicológica.....	191
3. entrevista psicológica.....	192
4. elaboração de laudos e outros documentos.....	200
5. Código de Ética do Psicólogo .....	204
6. Resoluções do CFP .....	207
7. Técnicas de intervenção psicológica .....	207
8. Psicopatologia: natureza e causa dos distúrbios.....	208
9. Psicopatologia e Justiça.....	245
10. Drogas e Álcool: dependência química.....	254
11. A Criança e o Adolescente: desenvolvimento emocional e social .....	270
12. Clínica do Idoso.....	285
13. Psicologia Social .....	288
14. Grupo social e Familiar: o indivíduo e o grupo .....	294
15. as transformações da família. ....	306
16. Saúde mental e os princípios da luta antimanicomial .....	313
17. Psicologia e Justiça: compromisso social, ética e direitos humanos .....	331
18. Psicologia jurídica: adoção, infância e juventude, idoso, família, adolescente em conflito com a lei, violência doméstica familiar e contra a mulher, área criminal, abuso sexual e suas interfaces .....	333
19. Política Nacional de Drogas.....	340
20. Política Nacional de Saúde Mental .....	348
21. Lei Paulo Delgado.....	349
22. Política Nacional do Idoso .....	349
23. Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso). ....	353
24. Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340/2006 e alterações .....	363
25. Políticas, diretrizes, ações e desafios na área da família, da criança e do adolescente: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) .....	370
26. Normas sobre adoção e a guarda: adoção à brasileira e adoção internacional.....	409
27. Novas modalidades de família e estratégias de atendimento e acompanhamento .....	411

– **Acento circunflexo:** Empregado acima das vogais “a” e “o” para indicar sílaba tônica em vogal fechada. Ex.: acadêmico, âncora, avô.

– **Acento grave/crase:** Indica a junção da preposição “a” com o artigo “a”. Ex.: “Chegamos à casa”. Esse acento não indica sílaba tônica!

– **Til:** Sobre as vogais “a” e “o”, indica que a vogal de determinada palavra tem som nasal, e *nem sempre* recai sobre a sílaba tônica. Exemplo: a palavra *órfã* tem um acento agudo, que indica que a sílaba forte é “o” (ou seja, é acento tônico), e um til (˜), que indica que a pronúncia da vogal “a” é nasal, não oral. Outro exemplo semelhante é a palavra *bênção*.

### — Monossílabas Tônicas e Átonas

Mesmo as palavras com apenas uma sílaba podem sofrer alteração de intensidade de voz na sua pronúncia. Exemplo: observe o substantivo masculino “dó” e a preposição “do” (contração da preposição “de” + artigo “o”). Ao comparar esses termos, perceberemos que o primeiro soa mais forte que o segundo, ou seja, temos uma monossílaba tônica e uma átona, respectivamente. Diante de palavras monossílabas, a dica para identificar se é *tônica* (forte) ou *fraca átona* (fraca) é pronúnciá-las em uma frase, como abaixo:

“Sinto grande dó ao vê-la sofrer.”

“Finalmente encontrei a chave do carro.”

### Recebem acento gráfico:

– As monossílabas tônicas terminadas em: -a(s) → pá(s), má(s); -e(s) → pé(s), vê(s); -o(s) → só(s), pôs.

– As monossílabas tônicas formados por ditongos abertos -éis, -éu, -ói. Ex: réis, véu, dói.

### Não recebem acento gráfico:

– As monossílabas tônicas: par, nus, vez, tu, noz, quis.

– As formas verbais monossilábicas terminadas em “-ê”, nas quais a 3ª pessoa do plural termina em “-eem”. Antes do novo acordo ortográfico, esses verbos era acentuados. Ex.: *Ele lê* → *Eles lêem* leem.

Exceção! O mesmo não ocorre com os verbos monossilábicos terminados em “-em”, já que a terceira pessoa termina em “-êm”. Nesses caso, a acentuação permanece acentuada. Ex.: *Ele tem* → *Eles têm*; *Ele vem* → *Eles vêm*.

### Acentuação das palavras Oxítonas

As palavras cuja última sílaba é tônica devem ser acentuadas as oxítonas com sílaba tônica terminada em vogal tônica -a, -e e -o, sucedidas ou não por -s. Ex.: aliás, após, crachá, mocotó, pajé, vocês. Logo, não se acentuam as oxítonas terminadas em “-i” e “-u”. Ex.: caqui, urubu.

### Acentuação das palavras Paroxítonas

São classificadas dessa forma as palavras cuja penúltima sílaba é tônica. De acordo com a regra geral, não se acentuam as palavras paroxítonas, a não ser nos casos específicos relacionados abaixo. Observe as exceções:

– Terminadas em -ei e -eis. Ex.: amásseis, cantásseis, fizésseis, hóquei, jôquei, pônei, saudáveis.

– Terminadas em -r, -l, -n, -x e -ps. Ex.: bíceps, caráter, córtex, esfínter, fôrceps, fóssil, líquen, lúmen, réptil, tórax.

– Terminadas em -i e -is. Ex.: beribéri, bílis, biquíni, cáqui, cútis, grátis, júri, lápis, oásis, táxi.

– Terminadas em -us. Ex.: bônus, húmus, ônus, Vênus, vírus, tónus.

– Terminadas em -om e -ons. Ex.: elétrons, nêutrons, prótons.

– Terminadas em -um e -uns. Ex.: álbum, álbuns, fórum, fóruns, quórum, quórums.

– Terminadas em -ã e -ão. Ex.: bênção, bênçãos, ímã, ímãs, órfã, órfãs, órgão, órgãos, sótão, sótãos.

### Acentuação das palavras Proparoxítonas

Classificam-se assim as palavras cuja antepenúltima sílaba é tônica, e todas recebem acento, sem exceções. Ex.: ácaro, árvore, bárbaro, cálida, exército, fétido, lâmpada, líquido, médico, pássaro, tática, trânsito.

### Ditongos e Hiatos

Acentuam-se:

– Oxítonas com sílaba tônica terminada em abertos “\_éu”, “\_éi” ou “\_ói”, sucedidos ou não por “\_s”. Ex.: anéis, fiéis, herói, mausoléu, sóis, véus.

– As letras “\_i” e “\_u” quando forem a segunda vogal tônica de um hiato e estejam isoladas ou sucedidas por “\_s” na sílaba. Ex.: caí (ca-í), país (pa-ís), baú (ba-ú).

Não se acentuam:

– A letra “\_i”, sempre que for sucedida por de “\_nh”. Ex.: moinho, rainha, banha.

– As letras “\_i” e o “\_u” sempre que aparecerem repetidas. Ex.: juuna, xiita. xiita.

– Hiatos compostos por “\_ee” e “\_oo”. Ex.: creem, deem, leem, enjoo, magoo.

### O Novo Acordo Ortográfico

Confira as regras que levaram algumas palavras a perderem acentuação em razão do Acordo Ortográfico de 1990, que entrou em vigor em 2009:

#### 1 – Vogal tônica fechada -o de -oo em paroxítonas.

Exemplos: enjôo – enjoo; magôo – magoo; perdôo – perdo; vôo – voo; zôo – zoo.

#### 2 – Ditongos abertos -oi e -ei em palavras paroxítonas.

Exemplos: alcalóide – alcaloide; andróide – androide; alcalóide – alcaloide; assembléia – assembleia; asteróide – asteroide; europeia – europeia.

#### 3 – Vogais -i e -u precedidas de ditongo em paroxítonas.

Exemplos: feiúra – feiura; maoísta – maoista; taoísmo – taoismo.

#### 4 – Palavras paroxítonas cuja terminação é -em, e que possuem -e tônico em hiato.

Isso ocorre com a 3ª pessoa do plural do presente do indicativo ou do subjuntivo. Exemplos: deem; lêem – leem; relêem – releem; revêem.

5 – Palavras com trema: somente para palavras da língua portuguesa. Exemplos: bilíngüe – bilíngue; enxágüe – enxágue; linguíça – linguça.

**2 – Princípio da Não contradição**

$$p = q \vee p \neq q$$

Estamos estabelecendo que apenas uma coisa pode acontecer às nossas proposições. Ou elas são iguais ou são diferentes, ou seja, não podemos ter que uma proposição igual e diferente a outra ao mesmo tempo.

**3 – Princípio do Terceiro excluído**

$$p \vee \neg p$$

Por fim, estabelecemos que uma proposição ou é verdadeira ou é falsa, não havendo mais nenhuma opção, ou seja, excluindo uma nova (como são duas, uma terceira) opção).

**DICA:** Vimos então as principais estruturas lógicas, como lidamos com elas e quais as regras para *jogarmos este jogo*. Então, escreva várias frases, julgue se são proposições ou não e depois tente traduzi-las para a linguagem simbólica que aprendemos.

**LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO**

Quando falamos sobre lógica de argumentação, estamos nos referindo ao processo de argumentar, ou seja, através de argumentos é possível convencer sobre a veracidade de certo assunto.

No entanto, a construção desta argumentação não é necessariamente correta. Veremos alguns casos de argumentação, e como eles podem nos levar a algumas respostas corretas e outras falsas.

**Analogias:** Argumentação pela semelhança (analogamente)

Todo ser humano é mortal  
Sócrates é um ser humano  
Logo Sócrates é mortal

**Inferências:** Argumentar através da dedução

Se Carlos for professor, haverá aula  
Se houve aula, então significa que Carlos é professor, caso contrário, então Carlos não é professor

**Deduções:** Argumentar partindo do todo e indo a uma parte específica

Roraima fica no Brasil  
A moeda do Brasil é o Real  
Logo, a moeda de Roraima é o Real

**Indução:** É a argumentação oposta a dedução, indo de uma parte específica e chegando ao todo

Todo professor usa jaleco  
Todo médico usa jaleco  
Então todo professor é médico

Vemos que nem todas as formas de argumentação são verdade universais, contudo, estão estruturadas de forma a parecerem minimamente convincentes. Para isso, devemos diferenciar uma argumentação verdadeira de uma falsa. Quando a argumentação resultar num resultado falso, chamaremos tal argumentação de sofismo<sup>1</sup>.

No sofismo temos um encadeamento lógico, no entanto, esse encadeamento se baseia em algumas sutilezas que nos conduzem a resultados falsos. Por exemplo:

A água do mar é feita de água e sal  
A bolacha de água e sal é feita de água e sal  
Logo, a bolacha de água e sal é feita de mar (ou o mar é feito de bolacha)

Esta argumentação obviamente é falsa, mas está estruturada de forma a parecer verdadeira, principalmente se vista com pressa. Convidamos você, caro leitor, para refletir sobre outro exemplo de sofismo:

Queijo suíço tem buraco  
Quanto mais queijo, mais buraco  
Quanto mais buraco, menos queijo  
Então quanto mais queijo, menos queijo?

**LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL)**

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e; ou; se; se, e somente se*). Enquanto a proposição composta são duas ou mais proposições (simples) ligadas através destes conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”. Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdades.

A *tabela verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela verdade:

p	~p
V	F
F	V

A tabela verdade de uma conjunção ( $p \wedge q$ ) é a seguinte:

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

<sup>1</sup> O termo sofismo vem dos Sofistas, pensadores não alinhados aos movimentos platônico e aristotélico na Grécia dos séculos V e IV AEC, sendo considerados muitas vezes falaciosos por essas linhas de pensamento. Desta forma, o termo sofismo se refere a quando a estrutura foge da lógica tradicional e se obtém uma conclusão falsa.

Parágrafo único - A designação para funções de direção, chefia e assessoramento superior e intermediário, recairá, preferencialmente, em servidor ocupante de cargo de provimento permanente, observados os requisitos estabelecidos em lei e em regulamento.

Art. 12 - A nomeação para cargo de classe inicial de carreira depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo único - Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira serão estabelecidos em normas legais e seus regulamentos.

### SEÇÃO III - DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 13 - O concurso público será de provas ou de provas e títulos, realizando-se mediante autorização do Chefe do respectivo Poder, de acordo com o disposto em lei e regulamento.

Parágrafo único - No caso de empate, terão preferência, sucessivamente:

a) o candidato que tiver mais tempo de serviço prestado ao Estado da Bahia;

b) outros que o edital estabelecer, compatíveis com a finalidade do concurso.

Art. 14 - O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado, dentro deste prazo, uma única vez, por igual período, a critério da administração.

Parágrafo único - O prazo de validade do concurso, as condições de sua realização, os critérios de classificação e convocação e o procedimento recursal cabível serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial.

Art. 15 - A realização do concurso será centralizada no órgão incumbido da administração central de pessoal de cada Poder, salvo as exceções legais.

### SEÇÃO IV - DA POSSE

Art. 16 - Posse é a investidura em cargo público.

Parágrafo único - A aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, será formalizada com a assinatura de termo pela autoridade competente e pelo empossado.

Art. 17 - A autoridade que der posse terá de verificar, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitos os requisitos estabelecidos em lei ou regulamento, para a investidura.

Art. 18 - São competentes para dar posse:

I- o Governador do Estado e os Presidentes do Tribunal de Justiça e da Assembléia Legislativa aos dirigentes de órgãos que lhes são diretamente subordinados;

II- os Secretários de Estado aos dirigentes superiores das autarquias e fundações vinculadas às respectivas pastas e aos servidores dos órgãos que lhes são diretamente subordinados;

III- os Procuradores Gerais do Estado e da Justiça aos servidores que lhes são diretamente subordinados;

IV- os Presidentes dos Tribunais de Contas aos respectivos servidores, na forma determinada em suas respectivas leis orgânicas;

V- os dirigentes superiores das autarquias e fundações aos servidores que lhes são diretamente subordinados;

VI- os dirigentes dos serviços de administração ou órgão equivalente aos demais servidores.

Art. 19 - A posse deverá verificar-se até 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do ato de nomeação no órgão oficial, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado, no prazo original.

§ 1º - Quando se tratar de servidor em gozo de licença, ou afastado legalmente, o prazo será contado a partir do término do impedimento.

§ 2º - Se a posse não se der dentro do prazo, o ato de nomeação será considerado sem efeito.

§ 3º - A posse poderá ocorrer por procuração específica.

§ 4º - O empossado, ao se investir no cargo de provimento permanente ou temporário, apresentará, obrigatoriamente, declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração de exercício de outro cargo, emprego ou função pública.

Art. 20 - A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo único - Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto, física e mentalmente para o exercício do cargo.

### SEÇÃO V - DO EXERCÍCIO

Art. 21 - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

§ 1º - É de 30 (trinta) dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse, ou, quando inexigível esta, da data de publicação oficial do ato de provimento.

§ 2º - Na hipótese de encontrar-se o servidor afastado legalmente, o prazo a que se refere o § 1º será contado a partir do término do afastamento.

§ 3º - O servidor que não entrar em exercício, dentro do prazo legal, será exonerado de ofício.

§ 4º - À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor incumbe dar-lhe exercício.

Art. 22 - O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento do servidor.

Parágrafo único - ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao assentamento individual.

Art. 23 - O servidor relatado, removido ou afastado, que deva ter exercício em outra localidade, terá 30 (trinta) dias para entrar em exercício.

Parágrafo único - Na hipótese de encontrar-se o servidor afastado legalmente, aplica-se o disposto no § 2º do artigo 21.

Art. 24 - O ocupante do cargo de provimento permanente fica sujeito a 30 (trinta) horas semanais de trabalho, salvo quando a lei estabelecer duração diversa.

Art. 25 - Além do cumprimento do estabelecido no artigo anterior, o ocupante de cargo de provimento temporário poderá ser convocado sempre que houver interesse da administração.

Art. 26 - O servidor somente poderá participar de missão ou estudos no exterior, mediante expressa autorização do Chefe do Poder a que esteja vinculado.

§ 1º - A ausência não excederá a 2 (dois) anos, prorrogáveis por mais 2 (dois) e, finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período poderá ser permitida nova ausência.

**ENTREVISTA PSICOLÓGICA**

**A Entrevista Psicológica: Um breve histórico<sup>2</sup>**

A entrevista psicológica sofreu algumas modificações no início do século XIX, quando predominava o modelo médico. Naquela época, Kraepelin usava a entrevista com o objetivo de detalhar o comportamento do paciente, e, assim, poder identificar as síndromes e as doenças específicas que as classificavam segundo a nosografia vigente. Enquanto isso, Meyer, psiquiatra americano, se interessava pelo enfoque psicobiológico (aspectos biológicos, históricos, psicológicos e sociais) do entrevistado. A partir de Hartman e Anna Freud o interesse da entrevista se deslocou para as defesas do paciente. Isto é, a psicanálise teve sua influência na investigação dos processos psicológicos, sem enfatizar o aspecto diagnóstico, antes valorizado.

Nos anos cinquenta, Deutsch e Murphy apresentaram sua técnica denominada Análise Associativa que considerava importante registrar não somente o que o paciente dizia, mas, também, em fornecer informações sobre o mesmo. Desse modo, desviou-se o foco sobre o comportamento psicopatológico para o comportamento dinâmico. Ainda nesta década, Sullivan concebeu a entrevista como um fenômeno sociológico, uma díade de interferência mútua.

Após este período, a entrevista e o Aconselhamento Psicológicos se deixaram influenciar, entre outros, por Carl Rogers, cuja abordagem consiste em centrar no paciente. Ou seja, em procurar compreender, de acordo com o seu referencial, significados e componentes emocionais, tendo como base a sua aceitação incondicional por parte do entrevistador.

**Definição de Entrevista Psicológica**

A entrevista psicológica é um processo bidirecional de interação, entre duas ou mais pessoas com o propósito previamente fixado no qual uma delas, o entrevistador, procura saber o que acontece com a outra, o entrevistado, procurando agir conforme esse conhecimento. Enquanto técnica, a entrevista tem seus próprios procedimentos empíricos através dos quais não somente se amplia e se verifica, mas, também, simultaneamente, absorve os conhecimentos científicos disponíveis. Nesse sentido, Bleger define a entrevista psicológica como sendo “um campo de trabalho no qual se investiga a conduta e a personalidade de seres humanos”. Uma outra definição caracteriza a entrevista psicológica como sendo “uma forma especial de conversão, um método sistemático para entrar na vida do outro, na sua intimidade”. Enfim, Gil compreende a entrevista como uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

A entrevista psicológica pode ser também um processo grupal, isto é, com um ou mais entrevistadores e/ou entrevistados. No entanto, esse instrumento é sempre em função da sua dinâmica, um fenômeno de grupo, mesmo que seja com a participação de um entrevistado e de um entrevistador.

**Os Objetivos da Entrevista**

Com base nos critérios que objetivaram a entrevista em saúde

<sup>2</sup> SILVA, V. G. da. A Entrevista Psicológica e suas Nuanças.

mental, pode-se classificar a entrevista quanto aos seguintes objetivos:

a) **Diagnóstica** – Visa estabelecer o diagnóstico e o prognóstico do paciente, bem como as indicações terapêuticas adequadas. Assim, faz-se necessário uma coleta de dados sobre a história do paciente e sua motivação para o tratamento. Quase sempre, a entrevista diagnóstica é parte de um processo mais amplo de avaliação clínica que inclui testagem psicológica;

b) **Psicoterápica** – Procura colocar em prática estratégia de intervenção psicológica nas diversas abordagens - rogeriana (C. Rogers), jungiana (C. Jung), gestalt (F. Perls), bioenergética (A. Lowen), logoterapia (V. Frankl) e outras -, para acompanhar o paciente, esclarecer suas dificuldades, tentando ajudá-lo à solucionar seus problemas;

c) **De Encaminhamento** – Logo no início da entrevista, deve ficar claro para o entrevistado, que a mesma tem como objetivo indicar seu tratamento, e que este não será conduzido pelo entrevistador. Devem-se obter informações suficientes para se fazer uma indicação e, ao mesmo tempo evitar que o entrevistado desenvolva um vínculo forte, uma vez que pode dificultar o processo de encaminhar;

d) **De Seleção** – O entrevistador deve ter um conhecimento prévio do currículo do entrevistado, do perfil do cargo, deve fazer uma sondagem sobre as informações que o candidato tem a respeito da empresa, e destacar os aspectos mais significativos do examinando em relação à vaga pleiteada, etc.;

e) **De Desligamento** – Identifica os benefícios do tratamento por ocasião da alta do paciente, examina junto com ele os planos da pós-alta ou a necessidade de trabalhar algum problema ainda pendente. Essa entrevista também é utilizada com o funcionário que está deixando a empresa, e tem como o objetivo obter um feedback sobre o ambiente de trabalho, para providenciar intervenções do psicólogo em caso, por exemplo, de alta rotatividade de demissão num determinado setor;

**A Sequência Temporal das Entrevistas Diagnósticas**

Essa sequência pode ser subdividida em: entrevista inicial; entrevistas subsequentes e entrevista de devolução, caracterizadas de forma diferente, e mostrando objetivos distintos conforme o momento em que elas ocorram.

**a) Entrevista Inicial**

É a primeira entrevista de um processo de psicodiagnóstico. Semi dirigida, durante a qual o sujeito fica livre para expor seus problemas. Segundo Fiorini, o empenho do terapeuta nessa primeira entrevista pode ter uma influência decisiva na continuidade ou no abandono do tratamento. Pinheiro salienta que a mesma ocorre num certo contexto de relação constantemente negociada. O termo negociação se refere ao posicionamento definido como “um processo discursivo, através do qual [...] são situados numa conversação como participantes observáveis, subjetivamente coerentes em linhas de histórias conjuntamente produzidas”.

Essa entrevista, geralmente, inicia-se com a chamada telefônica de um outro técnico, encaminhando o entrevistado para a avaliação psicodiagnóstica, ou com a chamada do próprio entrevistado. Tem como objetivos discutir expectativas, clarear as metas do trabalho, e colher informações sobre o entrevistado, que não poderiam ser obtidas de outras fontes. As primeiras impressões sobre o entre-